

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 125 - DEZEMBRO DE 2019

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Complementares.....	2
Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	3

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	5
Decretos.....	6

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portarias.....	8
Pareceres.....	10

PROCURADORA-GERAL DO ESTADO
Célia Iraci da Cunha

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
Eduardo Zanatta Brandeburgo

GOVERNO DE
SANTA CATARINA



LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 749 22 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o art. 51 da lei nº 6.218, de 1983, que dispõe sobre o estatuto dos policiais militares do Estado de Santa Catarina e das outras providências. ([Inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 750 31 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o art. 154 e o anexo IV da lei complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da administração pública estadual, no âmbito do poder executivo, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

LEI COMPLEMENTAR Nº 751 1º DE NOVEMBRO DE 2019

Altera dispositivo da lei complementar nº 367, de 2006, que dispõe sobre o estatuto da magistratura do estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.783 22 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o anexo I da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir o dia do pastor evangélico. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.784 22 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o anexo único da lei nº 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, para alterar a denominação da sociedade corpo de bombeiros voluntários da união (Apiúna, Ascurra e Rodeio), em Ascurra, para associação de serviços sociais voluntários de Ascurra, Apiúna e Rodeio, em Ascurra. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.785 30 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o anexo II da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir semana de conscientização, orientação, prevenção e combate a dependência tecnológica. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.786 31 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a lei nº 17.424, de 2017, que autoriza a doação de imóvel no município de Florianópolis, para estender para 5 (cinco) anos o prazo para cumprimento dos encargos. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.787 1º DE NOVEMBRO DE 2019

Institui medidas administrativas para coibir a prática de trotes dirigidos a determinados órgãos. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.788 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 15.381, de 2010, que disciplina a

nomeação para cargos em comissão no âmbito dos órgãos dos poderes executivo, legislativo, judiciário e do tribunal de contas do estado e adota outras providências, para o fim de ampliar a sua abrangência, incluindo o ministério público e a administração autárquica e fundacional, bem como vedar a nomeação dos condenados por crimes praticados contra a mulher, a criança, o adolescente e o idoso. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.789 8 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o dever de instituir sistema permanente de videomonitoramento em asilos, casas de repouso e similares no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.790 11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o dever do fornecimento de manual básico de segurança no trânsito referente ao uso de bicicletas, no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.791 14 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui a semana de prevenção, conscientização e combate à automutilação. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.792 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Declara o município de Forquilha a capital estadual da pastoral da criança. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.793 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Confere ao município de São Joaquim, o título de capital catarinense dos vinhos finos de altitude. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.794 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Reconhece o município de Rodeio como a capital catarinense Trentina. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.795 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 17.335, de 2017, para incluir o dia 7 de junho como o dia de conscientização sobre a síndrome de Tourette, e adota outras providências. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.796 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o anexo I da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina, para instituir o dia do microempreendedor individual. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.797 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o anexo I da lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina, para instituir o dia estadual da liderança jovem. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.798 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 17.192, de 2017, que estabelece a obrigatoriedade de colocação em obra pública estadual paralisada de placa contendo exposição dos motivos da interrupção, para adicionar novos itens a placa, bem como estabelecer sanção no caso de descumprimento da norma. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.799 19 DE NOVEMBRO DE 2019

Revoga a lei nº 16.221, de 2013, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Joinville, em face do inadimplemento do disposto no parágrafo único do seu art. 2º, por parte do estado, e reverte a doação do imóvel a que se refere a norma para a fundação educacional da região de Joinville (furj). ([Inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 17.800

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 16.733, de 2015, que consolida as leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do estado de Santa Catarina, no que tange a prestação de contas das entidades declaradas de utilidade pública. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.801

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Fundo Estadual de Segurança Pública (fesp-sc) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.802

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o conselho estadual de Segurança Pública e Defesa Social (cespds-sc) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 17.803

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a lei nº 17.714, de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadores de plano ou seguro privado de assistência à saúde no caso negativo de cobertura e adota outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 313

22 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza a centrais elétricas de Santa Catarina s.a. (CELESC) e suas subsidiárias a adotar, no que couber, as disposições do decreto federal nº 10.024, de 2019, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 314

22 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela lei nº 16.859, de 2015. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 317

22 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o art. 44 do anexo único do decreto nº 2.143, de 2014, que aprova o regimento interno do conselho estadual do meio ambiente e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 318

22 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre o comitê de gerenciamento das bacias hidrográficas do rio Cubatão, do rio da madre e bacias contíguas (Comitê Cubatão e Madre). ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 319

22 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre a convocação da vi conferência estadual de segurança alimentar e nutricional (cesan). ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 320

22 DE OUTUBRO DE 2019

Altera os arts. 1º e 2º do decreto nº 2.961, de 2010, que regulamenta a lei nº 14.890, de 22 de outubro de 2009, que disciplina o controle de usuários em estabelecimentos voltados a comercialização do acesso à internet no estado. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 321

22 DE OUTUBRO DE 2019

Nomeia diretor representante do estado de Santa Catarina para a diretoria do banco regional de

desenvolvimento do extremo sul (BRDE) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 322

22 DE OUTUBRO DE 2019

Designa representante do estado de Santa Catarina no conselho de administração do banco regional de desenvolvimento do extremo sul (BRDE) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 323

22 DE OUTUBRO DE 2019

Designa representante do estado de Santa Catarina no comitê de auditoria do banco regional de desenvolvimento do extremo sul (BRDE) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 326

25 DE OUTUBRO DE 2019

Declara de utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, o imóvel que menciona, localizado nos municípios de Xanxerê, Bom Jesus, Faxinal dos Guedes, Ouro Verde e Abelardo Luz. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 327

30 DE OUTUBRO DE 2019

Altera o anexo único do decreto nº 1.555, de 2018, que publica relação de atos normativos vigentes em 8 de agosto de 2017, em atendimento ao disposto no inciso i do caput do art. 3º da lei complementar federal nº 160, de 2017, e no inciso i da cláusula segunda do convenio ICMS nº 190, de 2017. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 328

30 DE OUTUBRO DE 2019

Introduz as alterações 4.056 a 4.060 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 329

30 DE OUTUBRO DE 2019

Introduz as alterações 4.064 a 4.068 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 330

30 DE OUTUBRO DE 2019

Introduz as alterações 4.069 a 4.073 no RICMS/

SC-01. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 331

30 DE OUTUBRO DE 2019

Introduz a alteração 4.074 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 332

30 DE OUTUBRO DE 2019

Inclui no plano rodoviário estadual (PRE), aprovado pelo decreto nº 759, de 2011, o trecho da rodovia federal delegada BR-280, entre Guarimirim e Jaraguá do sul. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 333

31 DE OUTUBRO DE 2019

Dispõe sobre as providências decorrentes da absorção de competências pela secretaria de estado do desenvolvimento econômico sustentável (SDE) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 334

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Cria a coordenadoria estadual de combate à corrupção (CECOR) e delegacias de polícia especializadas no combate à corrupção (DECOR) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 335

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza o poder executivo a aceitar a doação, sem encargo, de imóvel no município de Urussanga. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 336

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Regulamenta a disposição de servidor público e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 338

8 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a aplicação temporária de valores de diárias para os servidores em exercício na secretaria de estado da educação e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 339
8 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza a concessão de uso a título oneroso, define as diretrizes para a exploração, operação e promoção do centro de eventos de Balneário Camboriú e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 340
8 DE NOVEMBRO DE 2019

Inclui no plano rodoviário estadual (PRE), aprovado pelo decreto nº 759, de 2011, o acesso Criciúma (via rápida) e o acesso a avenida Gabriel Zanette. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 341
8 DE NOVEMBRO DE 2019

Introduz as alterações 118ª e 119ª no RIPVA/SC-89 para regulamentar a lei nº 17.684, de 2019, que altera o § 9º do art. 6º da lei nº 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), para o fim de regular a restituição no caso que especifica. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 344
8 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública estadual, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, durante a execução orçamentária e financeira do exercício, bem como para o fechamento orçamentário, financeiro e contábil, mensal e anual, em cumprimento as normas de direito financeiro, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 345
11 DE NOVEMBRO DE 2019

Suspende, no âmbito do estado de Santa Catarina, a aplicação de dispositivos da lei complementar nº 716, de 2018, que altera a lei complementar nº 668, de 2015, que dispõe sobre o quadro de pessoal do magistério público estadual, instituído pela lei complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 346
11 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o art. 7º do decreto nº 145, de 2019, regulamentada a lei nº 17.202, de 2017, que dispõe sobre a prestação de serviço voluntário nas atividades de atendimento pré-hospitalar, combate a incêndio e busca e salvamento em apoio ao corpo de bombeiros militar do estado de Santa Catarina (CBMSC) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 347
11 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o decreto nº 1.957, de 2013, que regulamentada a lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 348
13 DE NOVEMBRO DE 2019

Regulamenta a delegação de competências aos titulares de órgãos e entidades do poder executivo estadual para a prática de atos relacionados a gestão de pessoas e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 349
14 DE NOVEMBRO DE 2019

Acresce os incisos XV-a e XVI-a ao art. 1º do decreto nº 10, de 2019, que fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2019 para os órgãos e as entidades da administração direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 350
14 DE NOVEMBRO DE 2019

Revoga o inciso IV e o § 2º do art. 19 do decreto nº 127, de 2011, que estabelece normas relativas a transferência de recursos financeiros do estado mediante convenio ou instrumento congênere e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 353
19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera os arts. 1º e 4º do decreto nº 1.082, de 2017, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, bens imóveis no município de Itaipava. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 354
19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o anexo ii do decreto nº 660, de 2003, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 355
19 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela lei nº 16.859, de 2015. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 360
21 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede a medalha do mérito cultural cruz e Sousa. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 361
21 DE NOVEMBRO DE 2019

Concede auxílio especial a viúva de ex-combatente da segunda guerra mundial que menciona. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 362
21 DE NOVEMBRO DE 2019

Regulamenta a lei nº 17.486, de 2018, que dispõe sobre a produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru e adota outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 363
21 DE NOVEMBRO DE 2019

Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, por doação ou desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, os bens imóveis situados a margem da faixa de domínio constante das áreas que menciona. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 364
21 DE NOVEMBRO DE 2019

Introduz a alteração 4.083 no ricms/sc-01. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 372
28 DE NOVEMBRO DE 2019

Homologa situação de emergência nos municípios que menciona. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 373
28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o anexo único do decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 374
28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o art. 15 do decreto nº 1.484, de 2018, que fixa as diretrizes para a promoção das adaptações necessárias a adequação das empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias do estado de Santa Catarina ao disposto na lei federal nº 13.303, de 2016, e no decreto nº 1.007, de 2016, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 375
28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovada pela lei nº 16.859, de 2015. ([Inteiro teor](#)).

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 13.897

11 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.898

11 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.899

11 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 230.000.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.901

11 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 13.844, de 18 junho de 2019, a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, e a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, para dispor sobre a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.902

13 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a política de desenvolvimento e apoio às atividades das mulheres marisqueiras. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.903

19 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza a criação da empresa pública NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. (NAV Brasil) e altera as Leis n os 7.783, de 28 de junho de 1989, e 6.009, de 26 de dezembro de 1973 ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.904

19 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor de R\$ 178.229.045,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.905

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 (Lei do Livro), para incluir, no rol de ações de difusão do livro incumbidas ao Poder Executivo, a instituição de concursos regionais visando a descobrir e a incentivar novos autores. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.906

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor de R\$ 89.660.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.907

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério de Minas e Energia e de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 1.849.010.000,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.908

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito suplementar no valor de R\$ 13.379.410,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.909

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Controladoria-Geral da União e dos Ministérios da Infraestrutura e Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 12.574.000,00 ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.910

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 177.171.361,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.911

21 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Economia, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania, crédito suplementar no valor de R\$ 137.832.239,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.912

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003 (Estatuto de Defesa do Torcedor), para ampliar o prazo de impedimento de que trata o art. 39-A, estender sua incidência a atos praticados em datas e locais distintos dos eventos esportivos e instituir novas hipóteses de responsabilidade civil objetiva de torcidas organizadas. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.913

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de rodovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por lei municipal ou distrital. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.914

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor das Justiças Federal e Eleitoral, crédito especial no valor de R\$ 3.665.000,00 ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.915

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, para dispor sobre as requisições de pessoal para a Defensoria Pública da União. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.916

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Federal e do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R\$ 300.726,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#)).

LEI Nº 13.917

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor de R\$ 39.088.048,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.918

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 31.528.136,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.919

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Regional, crédito especial no valor de R\$ 56.542.840,00, para os fins que especifica. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 13.920

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, da Educação, da Cidadania e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, crédito suplementar no valor de R\$ 1.369.984.032,00 ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 10.082

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza o aumento de capital social da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.083

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias no Distrito Federal para a segurança dos Chefes de Estado ou de Governo que participam da XI Cúpula do BRICS e de suas delegações. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.084

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Revoga o Decreto nº 6.961, de 17 de setembro de 2009, que aprova o zoneamento agroecológico da cana-de-açúcar e determina ao Conselho Monetário Nacional o estabelecimento de normas para as operações de financiamento ao setor sucroalcooleiro, nos termos do zoneamento. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.085

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.086

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.087

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Declara a revogação, para os fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, de decretos normativos. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.088

5 DE NOVEMBRO DE 2019

Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.089

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre

Cooperação em Matéria de Defesa, firmado no Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 2010, e a Emenda ao referido Acordo, firmada em 31 de julho de 2017. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.090

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuwait sobre Serviços Aéreos, firmado em Brasília, em 22 de julho de 2010. ([inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.091

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, firmado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.092

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Promulga o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário/Fundamental/Básico e Médio/Secundário entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.093

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 8.642, de 19 de janeiro de 2016, que dispõe sobre a Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.094

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.095

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o Comitê Consultivo de Nanotecnologia e Novos Materiais no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.096

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro, remaneja, substitui e transforma cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.097

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Revoga o Decreto nº 8.137, de 6 de novembro de 2013, que promulga o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum - CMC nº 63/10, Alto Representante-Geral do Mercosul, aprovada em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.098

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações - SEM Barreiras e institui o Comitê Gestor do SEM Barreiras. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.099

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Alexandre Gusmão - FUNAG e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.100

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 6.144, de 3 julho de 2007, que regulamenta a forma de habilitação e co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, instituído pelos arts. 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.101

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público federal de radiocomunicação entre órgãos de segurança pública no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.102

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019, que dispõe sobre a definição das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis de que trata a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, e institui o Comitê da Política Nacional de Biocombustíveis - Comitê RenovaBio. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.103

6 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de iluminação pública no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.104
6 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 8.428, de 2 de abril de 2015, que dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 10.105
6 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.106
6 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos Sistemas Prisionais Estaduais no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.107
6 DE NOVEMBRO DE 2019**

Transfere a Secretaria Especial de Cultura do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.108
7 DE NOVEMBRO DE 2019**

([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.109
7 DE NOVEMBRO DE 2019**

Promulga o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, firmado em Paris, em 3 de junho de 2015. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.110
11 DE NOVEMBRO DE 2019**

Institui a Estratégia Nacional de Qualificação para a Produtividade e o Emprego e o Conselho de Desenvolvimento do Capital Humano para a Produtividade e o Emprego. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.111
12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Regulamenta a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para estabelecer procedimentos a serem observados com relação a aeronaves suspeitas ou hostis durante a XI Cúpula do BRICS. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.112
12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de

2013, para dispor sobre o Programa Mulher Segura e Protegida. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.113
12 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013, para dispor sobre a composição do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.114
19 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.115
19 DE NOVEMBRO DE 2019**

Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, firmado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.116
19 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais dos setores de energia e de mineração no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.117
19 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a qualificação de projetos para ampliação da capacidade de recuperação energética de resíduos sólidos urbanos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.118
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a execução do Centésimo Quinquagésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (159PA-ACE18), firmado pela República Federativa do Brasil, pela República Argentina, pela República do Paraguai e pela República Oriental do Uruguai. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.119
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.120
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001, que estabelece os limites sobre o que dispõe o art. 20, inciso I, alínea "c", da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, os ex-Territórios do Amapá e de Roraima e, ainda, o Distrito Federal. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.121
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Torna pública a decisão, pela República Federativa do Brasil, de não renovar a vigência do Convênio entre a República Federativa do Brasil e a República do Chile sobre Transportes Marítimos, firmado em 25 de abril de 1974. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.122
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Institui o Comitê Nacional de Iniciativas de Apoio a Start-ups. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.123
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 10.009, de 5 de setembro de 2019, que institui a Comissão Intergestores Tripartite do Sistema Único de Assistência Social. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.124
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre a Comissão Especial de Recursos no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.125
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Dispõe sobre o trâmite, no âmbito do Poder Executivo federal, dos processos de nomeação para os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público da União e para o Conselho Nacional do Ministério Público submetidos à apreciação do Presidente da República. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.126
21 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 4.892, de 25 de novembro de 2003, que regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que criou o Fundo de Terras e da Reforma Agrária. ([Inteiro teor](#)).

**DECRETO Nº 10.127
25 DE NOVEMBRO DE 2019**

Altera o Decreto nº 9.974, de 16 de agosto de 2019, que convoca a 4ª Conferência Nacional de Juventude. ([Inteiro teor](#)).

DECRETOS

DECRETO Nº 10.128

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui a Mesa Nacional da Gestão do Trabalho do Sistema Único de Assistência Social. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.129

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e sobre o Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.130

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, que regulamenta a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, que dispõem sobre a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.131

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019, que dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.132

25 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.133

26 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Programa Viver - Envelhecimento Ativo e Saudável. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.134

26 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação da política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.135

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.271, de 25 de janeiro de 2018, que regulamenta a outorga de contrato de concessão no setor elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, nos termos da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.136

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.138

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a qualificação de empreendimentos públicos federais dos setores portuário e rodoviário no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.139

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.140

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 8.505, de 20 de agosto de 2015, que dispõe sobre o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.142

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui a Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.143

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e a Política Nacional sobre Mudança do Clima. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.144

28 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+. ([Inteiro teor](#)).

DECRETO Nº 10.146

29 DE NOVEMBRO DE 2019

Prorroga o prazo de inventariança da extinta empresa binacional Alcântara Cyclone Space e altera o Decreto nº 9.581, de 23 de novembro de 2018, para prorrogar o remanejamento temporário dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS destinados a compor a inventariança. ([Inteiro teor](#)).

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PORTARIAS

PORTARIA CONJUNTA Nº 106/2019 PGE/JUCESC 19.11.2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO e o PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar nº 485/2010 e Lei Complementar nº 226/2002,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica designada a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório da servidora ingressante em cargo de provimento efetivo Advogado Autárquico, RENATA VON HOONHOLTZ TRINDADE, lotada na JUCESC, atualmente ocupando o cargo de Consultor Jurídico na Consultoria Jurídica da Secretaria de Segurança Pública, constituída pelos seguintes membros: os Procuradores do Estado ROSÂNGELA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MELLO, matrícula nº 0365915-1-01, e DANIEL RODRIGUEZ TEODORO DA SILVA,

matrícula 0365922-4-01; e o Coordenador de Grupo LUIZ ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 0150694-3-01. Parágrafo único. Fica designado como suplente: MARCELO MENDES Procurador do Estado, matrícula nº 0340550-8-01.

CÉLIA IRACI DA CUNHA

Procuradora-Geral do Estado

Juliano Batalha Chiodelli

Presidente da JUCESC

PORTARIA CONJUNTA Nº 107/2019 PGE/ARESC 19.11.2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO e o PRESIDENTE INTERINO DA ARESC, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar nº 485/2010 e Lei Complementar nº 226/2002,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica designada a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório da servidora ingressante em cargo de provimento efetivo Advogado Autárquico, GABRIELA DE SOUZA ZANINI, lotada na ARESC, atualmente ocupando o cargo de Consultor Jurídico na Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, constituída pelos seguintes membros: os Procuradores do Estado ROSÂNGELA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MELLO, matrícula nº 0365915-1-01, e DANIEL RODRIGUEZ TEODORO DA SILVA, matrícula 0365922-4-01; e o Coordenador de Grupo LUIZ ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 0150694-3-01.

Parágrafo único. Fica designado como suplente: Procurador do Estado MARCELO MENDES, matrícula nº 0340550-8-01.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

IÇURITI PEREIRA DA SILVA
Presidente interino da ARESC

PORTARIA CONJUNTA Nº 108/2019 PGE/IMA 19.11.2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO e o PRESIDENTE do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar nº 485/2010 e Lei Complementar nº 226/2002,

RESOLVEM:

Art. 1º Fica designada a Comissão de Avaliação do Estágio Probatório da servidora ingressante em cargo de provimento efetivo Advogado Autárquico, AMANDA KUMBARTZKI FERREIRA, lotada no IMA, atualmente em colaboração no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, constituída pelos seguintes membros: os Procuradores do Estado ROSÂNGELA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA MELLO, matrícula nº 0365915-1-01, e DANIEL RODRIGUEZ TEODORO DA SILVA, matrícula 0365922-4-01; e o Coordenador de Grupo LUIZ ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 0150694-3-01.

Parágrafo único. Fica designado como suplente: Procurador do Estado MARCELO MENDES, matrícula nº 0340550-8-01.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

VALDEZ RODRIGUES VENÂNCIO
Presidente do IMA

PORTARIA GAB/PGE 0109/19 20.11.2019

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais e com fundamento no art. 7º, §1º, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, alterado pelo §1º do art. 2º da Lei Complementar nº 701, de 19 de julho de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Delegar ao Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos, FERNANDO MANGRICH FERREIRA, matrícula 329.049-2-02, competência para, no âmbito da Procuradoria Geral do Estado e do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de Reaparelhamento (FUNJURE), autorizar a realização de processos licitatórios em todas as modalidades, assinar editais, contratos, termos aditivos, apostilamentos, convênios, acordos e outros instrumentos congêneres.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE 111/19 22 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a adequação às decisões judiciais proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça em regime de Repercussão Geral, nos Temas 810 e 905, respectivamente, no que diz respeito ao índice de atualização de débitos da Fazenda Pública, e sobre critérios que justificam a atuação do Estado de Santa Catarina em juízo.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo §1º do artigo 103 da Constituição do Estado de Santa Catarina e pelo art. 7º da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º Nos processos judiciais em fase de execução, liquidação e/ou cumprimento de sentença de competência do Núcleo de Gestão de Execução de Sentença (GESEN) de que trata a Portaria GAB/PGE n. 23/2012 alterada pela Portaria GAB/PGE n. 08/2014, fica autorizada a dispensa de interposição de recurso nos processos em que a controvérsia recursal seja igual ou inferior a R\$ 3.488,41 (três mil quatrocentos e oitenta e oito reais e quarenta e um centavos), em conformidade com parâmetro fixado pela Portaria GAB/PGE 81/19.

Art. 2º Fica autorizada a dispensa de impugnação ao cumprimento de sentença ou embargos à execução relativos a valores controvertidos iguais ou inferiores a R\$ 1.046,53 (um mil e quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos), desde que não se trate de verba já recebida administrativamente ou quitada em outro processo judicial, como também nas hipóteses de prescrição, litispendência e coisa julgada, ou falta de pressupostos processuais.

Art. 3º Independentemente do valor controvertido, fica autorizada a não insurgência nas defesas e recursos em relação à aplicabilidade da Taxa Referencial – TR para correção monetária do débito, desde que não haja decisão anterior, transitada em julgado, impondo a aplicação do índice previsto no art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com a redação conferida pela Lei n. 11.960/09.

Parágrafo único. Caso a impugnação, os embargos, o recurso ou outros meios de defesa tenham sido propostos exclusivamente com a matéria do caput, fica autorizada a desistência.

Art. 4º Fica dispensada a solicitação de elaboração de cálculo à SECAP se o cálculo do Contador Judicial se limitar a atualizar valores com a aplicação dos mesmos índices e critérios anteriormente já aceitos pelo Estado.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA IRACI DA CUNHA
Procuradora-Geral do Estado

PARECER Nº 389/19-PGE

Processo: SCC 11215/2019

Origem: Casa Civil

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar. Estabelece exigências para o provimento de cargos públicos. Iniciativa de lei reservada ao Governador do Estado - art. 50, § 2º, inciso IV, da Constituição do Estado. Vício de inconstitucionalidade. Recomendação de veto.

PARECER 390/19 - PGE

Processo: SES 00115198/2019

Assunto: Possibilidade de Servidor da SES ser sócio administrador de empresa.

Interessado: Secretaria de Estado da Saúde

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Administrativo. Servidor Público. Exercício do Comércio. Exercício da Gerência ou Participação na Administração de Empresa Privada. Vedação. Precedentes.

PARECER: Nº 391/19-PGE

Processo: PCSC 55695/2019

Interessado: Polícia Militar

Autor: Jair Augusto Scrocaro

Ementa: Polícia Militar – requerimento para integrar o CIRA (comitê interinstitucional de recuperação de ativos) – impedimento jurídico – inexistência – decisão, contudo, dependente da manifestação de vontade das entidades que compõem o comitê.

PARECER Nº 396/19

Processo: PGE 5073/2019

Origem: Ofício CELESC ao Gabinete do Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva – Consulta – Mandato Diretor Comercial eleito em 2018.

Interessada: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A (CELESC).

Autora: Jocélia Aparecida Lulek

Ementa: Lei federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Interpretação. Mandato Diretor Comercial. CELESC. Direito intertemporal. Aplicação imediata da legislação a esse respeito. Preservação dos atos praticados em momento anterior ao início da vigência da nova lei.

PARECER Nº 397/19-PGE

Processo: SCC 00011498/2019

Assunto: Altera a Lei n.º 17.192 – que estabelece a obrigatoriedade de colocação de placa em obra pública paralisada.

Interessado: Secretaria de Estado da Casa Civil.

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei nº 174/2018, aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Altera a Lei nº 17.192, de 2017 que, ‘Estabelece a obrigatoriedade de colocação em obra pública estadual paralisada de placa contendo exposição dos motivos da interrupção’,

para adicionar novos itens à placa, bem como estabelecer sanção no caso de descumprimento da norma”. Vício de Iniciativa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 401/19-PGE

Processo: SCC 00011342/2019

Assunto: Pedido de Diligência

Interessado: Secretaria de Estado da Casa Civil

Autora: Daniela Sieberichs Leal

Ementa: Pedido de diligência acerca da constitucionalidade e legalidade da Emenda Substitutiva Global aos Projetos de Lei n. 304.3/2018 e 0008.9/2019, que “Dispõe sobre obrigatoriedade de constar dispositivos de isenção e prioridades relacionados a motocicletas em edital de concessão de pedágios de Rodovias Estaduais e adota outras providências”, oriundo da Comissão de Finanças e Tributação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC). Artigo 71, incisos I e XXI da Constituição Estadual. Matéria afeta ao Poder Executivo. Vício de Iniciativa. Inconstitucionalidade.

PARECER Nº 404/19-PGE

Processo: SCC 00011506/2019

Assunto: Autógrafo de Projeto de Lei

Interessado: Secretaria de Estado da Casa Civil.

Autora: Daniela Sieberichs Leal

Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei nº 163/2019 que “Revoga a Lei nº 16.221, de 2013, que ‘Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Joinville’, em face do inadimplemento do disposto no parágrafo único do seu art. 2º, por parte do Estado, e reverte a doação do imóvel que se refere a norma para a Fundação Educacional da Regional de Joinville (FURJ)”. Vício de iniciativa. Inconstitucionalidade formal. Recomendação de veto.

PARECER N. 405/19-PGE

Processo: SCC 11405/2019

Interessado: TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autor: Jair Augusto Scrocaro

Ementa: autógrafo. Projeto de lei de iniciativa do poder judiciário que “altera Dispositivo da lei complementar nº 367, de 2006, que dispõe sobre o estatuto da Magistratura do estado de Santa Catarina. Iniciativa da proposição em consonância com as regras constitucionais.

PARECER Nº 406/19-PGE

Processo: SCPAR 143/2019

Interessado: SCPAR

Autora: Queila de Araújo Duarte Vahl

Ementa: Análise de minuta de decreto que autoriza a concessão de uso a título oneroso do Centro de Eventos de Balneário Camboriú. Constitucionalidade e legalidade verificadas.

PARECER nº 416/19-PGE

Processo: PGE 3745/2019

Origem: Procuradoria Geral do Estado

Autora: Queila de Araújo Duarte Vahl

Ementa: Proposta de pagamento de Indenização. Prestação de serviços essenciais e inadiáveis sem cobertura do competente instrumento contratual. Atraso na conclusão do procedimento licitatório. Obrigação de indenizar do Estado. Art. 59, par. único, da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 884, do CC/2002. Hipótese de ressarcimento, nos termos dos arts. 1º e 2º, da Lei nº 14.275/08, alterados pela Lei nº 15.025/2009.

PARECER Nº 418/19-PGE

Processo: SCC 11502/2019

Interessada: Secretaria de Estado da Casa Civil

Autor: André Doumid Borges

Ementa: Autógrafo de projeto de lei de iniciativa parlamentar que altera a Lei 16.733, de 2015, que “consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, no que tange à prestação de contas das entidades declaradas de utilidade pública. Matéria de organização interna do Poder Legislativo. Sanção sugerida.

PARECER Nº 419/19-PGE

Processo: SCC11263/2019

Interessado: ALESC - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Diligência PL 8.4/2019 transformado em LC 741/2019

Autora: Queila de Araújo Duarte Vahl

Ementa: Convertido o projeto em lei, não cabe a PGE emitir o parecer de que trata o art. 17, I, do Decreto 2382/2014, em razão da perda de objeto, pois neste momento, não necessita o Chefe do Poder Executivo de assessoramento para prática de atos do processo legislativo.

PARECER nº 420/19-PGE

Processo: PGE 4582/2019

Interessado: Luiz Henrique Tancredo e Bernardo Couto Tancredo

Origem: Procuradoria Geral do Estado

Autora: Queila de Araújo Duarte Vahl

Ementa: Exclusão de desconto de pensão alimentícia em folha de pagamento. Pedido formulado pelo próprio alimentado. Requerimento não apto a autorizar o descumprimento da determinação judicial.

PARECER Nº 421/19-PGE

Processo: PGE 00004456/2019

Assunto: Minuta de Decreto - Parcelamento de crédito de origem não tributária.

Interessado: Procuradoria Geral do Estado

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Análise de Minuta de Decreto. Regula o parcelamento de crédito de origem não tributária inscrito em dívida ativa do Estado de Santa Catarina. Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual. Regularidade formal. Constitucionalidade.

PARECER Nº 422/19-PGE

Processo: SEF 13229/2019

Assunto: Minuta de Decreto – Captação de Recursos.

Interessado: Secretaria de Estado da Fazenda

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Análise de Minuta de Decreto. Captação de Recursos por Meio de Operação de Crédito e Transferência Voluntária – Concessão de Garantias – Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas. Art. 71, inciso IV, da Constituição Estadual. Regularidade formal. Constitucionalidade.

PARECER Nº 423/19-PGE

Processo: SCC 11.539/2019

Interessada: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Autor: André Doumid Borges

Ementa: Minuta de anteprojeto de lei complementar que “Dispõe sobre a Gratificação de Atividade de Gestão de Contas Públicas devida aos titulares dos cargos de Contador da Fazenda Estadual e estabelece outras providências.” Constitucionalidade e legalidade. Ressalvas pontuais quanto à redação de dois dispositivos.

PARECER nº 424/19-PGE

Processo: SJC 13033/2019

Origem: Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa

Autor: Silvio Varela Junior

Ementa: Concurso público. Pedido de nomeação. Decisão judicial que declarou a Invalidez do edital de convocação e assegurou o direito de a requerente ser notificada pessoalmente e nomeada para o respectivo cargo. Recomendação para o cumprimento da decisão judicial.

PARECER Nº 425/19-PGE

Processo: SJC 19350/2014

Interessado: CHRISTIAN FERNANDO TRELA

Autor: Loreno Weissheimer

Ementa: Processo Administrativo Disciplinar. Agente Penitenciário. Abandono de cargo ou Inassiduidade Permanente. Ocorrência de anulação parcial do feito. Prescrição. Inocorrência. Cumprimento dos requisitos legais. Mérito. Servidor que não comprovou alegados transtornos psicológicos. Faltas não justificadas. Demissão Simples.

PARECER Nº 431/19-PGE

Processo: PGE 4248/2019

Interessado (a): Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A – CIASC

Autor: Jair Augusto Scrocaro

Ementa: licitação – contratação do CIAS para aquisição de serviços de virtualização de servidores RISC – dispensa de licitação – artigo 24, VIII e XVI da lei federal 8.666/1993.

PARECER Nº 436/19-PGE

Processo nº SEF 19856/2017

Interessada: Secretaria de Estado da Fazenda

Autor: André Doumid Borges

Ementa: 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços Financeiros e outras avenças nº 035/2017, firmado entre o Estado e o Banco do Brasil. Possibilidade. Art.65, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

PARECER Nº 440/19-PGE

Processo SCC 12351/2019

Interessada: Secretaria de Estado da Casa Civil

Autor: André Doumid Borges

Ementa: Autógrafo do Projeto de Lei nº 106/2019, que “Dispõe sobre a denominação de Batalhões de Polícia Militar”. Matéria de iniciativa geral. Necessidade de atendimento das exigências estabelecidas na Lei Estadual nº 16.720/2015, o que foi observado no texto da lei. Constitucionalidade. Recomendação de sanção.

PARECER Nº 441/19-PGE

Processo: SCC 12331/2019

Interessado(a): Secretaria de Estado da Casa Civil

Autor: Jair Augusto Scrocaro

Ementa: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar – Alteração da Lei n. 14.949/2009, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de caderneta de vacinação para matrícula anual na rede pública e privada de ensino no Estado de Santa Catarina” – Iniciativa da Proposição em Consonância com as Regras Constitucionais – Ausência de Criação de Despesa ao Executivo – Inexistência de Ôbices Constitucional e Infralegal.

PARECER Nº 442/19-PGE

Processo: SCC 12365/2019

Origem: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

Assunto: Execução de emendas parlamentares impositivas, em cotejo com a Lei nº 9.504/97.

Interessado: Central de Atendimento Municípios

Autor: Evandro Régis Eckel

Ementa: Emendas parlamentares impositivas. Natureza de transferência voluntária. Entendimento do Tribunal de Contas da União. Sub-

missão ao art. 73 da Lei nº 9.504/97. Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais. 1. Transferências voluntárias aos Municípios, mediante convênios ou instrumentos congêneres, nos quais haja previsão de contrapartida. Possibilidade, observadas as restrições constantes do art. 73, VI, “a”. Ausência de restrição após a realização das eleições. Vedação do inciso VI limitada aos três meses que antecedem o pleito. 2. Transferências voluntárias, por meio de emendas parlamentares impositivas, a pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, no ano eleitoral, como os hospitais filantrópicos, os bombeiros voluntários e as APAEs. Possibilidade, exceto nos três meses que antecedem o pleito. Situações não abrangidas pela alínea “a” do inciso VI e que não se amoldam ao conceito de “distribuição gratuita” contido no § 10 do art. 73. O disposto no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 deve ser interpretado à luz do caput do artigo, que visa coibir programas assistenciais de cunho oportunista e eleitoreiro, e sua aplicação não pode inviabilizar a continuidade do serviço público e a efetivação dos direitos fundamentais à vida, saúde, à segurança pública e à educação dos portadores de necessidade especiais.

PARECER N. 445/19-PGE

Processo: SEF 00040691/2010

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda - SEF

Assunto: Consulta

Interessado: Judith dos Santos Stenger e outros

Autor: Daniela Sieberichs Leal

Ementa: Consulta. Efeitos de decisão definitiva em ação rescisória sobre valores já pagos. Impossibilidade de repetição. Cumprimento de decisão transitada em julgado. Recebimento de boa-fé. Adequação do precatório referente à decisão rescindida às delimitações do acórdão rescisório. Competência da PGE.

PARECER Nº 448/19-PGE

Processo: SCC 12336/2019

Interessado(a): Secretaria de Estado da Casa Civil

Autor: Jair Augusto Scrocaro

Ementa: Autógrafo – Projeto de Lei de iniciativa parlamentar que “Institui normas para a abertura de conta bancária em campanhas solidárias que visem custear o tratamento de saúde de pessoas com insuficiência de recursos financeiros, no âmbito do Estado de Santa Catarina” – Tema afeto ao direito civil – Competência legislativa privativa da União (art. 22, I, CF/88).